



## HORA DE REAGIR



Recentes ataques, somados ao desmonte e drenagem de recursos nos últimos anos, acendem o sinal de alerta para os servidores públicos.

Págs 4 e 5

Veja +  
nesta  
edição

**Palavra da Presidente**  
Djalmary Souza fala sobre a necessidade da união dos PFAs para a defesa da Carreira e do Incra. [Pág 2](#)

**Sindicato lança seleções**  
Chamamentos para projetos de pesquisa, artigos para livro de avaliação e para Congresso. Confira. [Pág 3](#)

**Ação Social**  
Entidade participa de ação em parceria com o Fonacate em prol de famílias atingidas pela pandemia. [Pág 6](#)

**Mudanças no Estatuto**  
Assembleia Geral decide sobre mudança no Estatuto para ingresso em colegiado do Confea. [Pág 7](#)

## Palavra da Presidente

### Unidos em defesa da Carreira, de nossas instituições e do serviço público



**Djalmery de Souza e Souza**  
Diretora Presidente do SindPFA

Eng. Agrônoma formada pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em 2005. Mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2007. Está no Incra desde 2008.

#### Caros colegas PFAs,

O ano de 2020 está acabando. Ignorando completamente nossos planos e metas, a pandemia da Covid-19 pegou todos (inclusive nossos governantes) de surpresa e mudou de forma definitiva nossas vidas. O mundo não será o mesmo. Enquanto esperamos uma solução, no entanto, seguimos levando nossas vidas, trabalhando, cuidando de nossos filhos, da casa, de nós mesmos e de quem amamos. Paralelamente a isso, lamentamos as dezenas de milhares de vidas perdidas em nosso País e outras tantas ao redor do mundo.

Nós, Peritos Federais Agrários, estamos inseridos em um contexto maior e não somos imunes a todas essas intercorrências. Perdemos amigos, talvez parentes, tivemos nossa rotina profissional alterada e, como se não bastasse, somos alvos de uma campanha de difamação por parte de governantes e autoridades que deveriam estar focados em combater a doença, proteger os mais vulneráveis e reforçar os serviços prestados aos cidadãos. O que vemos, em muitos casos, não é bem isso. Mas não irá nos abalar.

O Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA) tem feito sua parte. Seguimos firmes, trabalhando ainda mais, buscando novas formas de mobilizar nossos filiados, passando informações de qualidade, promovendo debates, mesmo que digitais, e lutando contra as constantes investidas contra o funcionalismo e as próprias instituições.

Nesta edição, a última deste longo ano, você fica por dentro do que temos feito para assegurar um futuro mais promissor para nossa Carreira, o Incra e milhares de famílias que esperam que essa autarquia cumpra sua missão.

Entre os maiores desafios, impossível não destacar o combate à reforma administrativa. O SindPFA promoveu duas edições do Diálogos Agrários que trataram do tema com convidados muito especiais, que atenderam ao nosso pedido para compartilhar suas visões sobre a PEC 32/2020, que foi enviada ao Congresso repleta de pré-julgamentos, absurdos legais e pirotecnias disfarçadas de “aprimoramentos”. Tudo isso sem o necessário debate, respeito aos servidores e foco no bem estar da população.

Nessa luta, o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) tem um papel muito importante e estamos juntos na busca pela qualificação do debate com os Cadernos da Reforma Administrativa, seminários, mobilização nas redes e o suporte à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), que tem lutado no Congresso para que o desmonte do serviço público não alcance sucesso. Você lê mais sobre o assunto nas páginas 4 e 5.

Enquanto lutamos pela sobrevivência do serviço público e de nossa Carreira, é fundamental nos prepararmos e afinarmos o debate das políticas em que atuamos. O SindPFA lançou quatro editais que irão selecionar desde projetos de pesquisa até contos e crônicas sobre o Incra, passando por artigos para a segunda edição do nosso livro ‘Avaliação de Imóveis Rurais pelos PFAs’ e também textos que embasarão nosso III Congresso Nacional, programado para o fim do ano que vem (página 3).

Eu encerro este último editorial de 2020 desejando a todos um fim de ano mais leve, com as tradicionais celebrações em clima de paz e harmonia, pois é que precisamos para amenizar um ano tão difícil. Seguiremos juntos em 2021, estejam certos. Boas festas e até a próxima.

## #Incra50anos

### Diálogos Agrários reúne ex-presidentes do órgão em três edições especiais

Parte da programação especial do SindPFA por ocasião do aniversário de 50 anos do Incra, completados em 9 de julho, as três edições do Diálogos Agrários com ex-presidentes do órgão foram um grande sucesso. A iniciativa alcançou seu objetivo de debater o passado, analisar o presente e projetar o futuro da autarquia, que, não obstante seu papel fundamental na governança agrária do País, vem sofrendo ao longo dos anos um silencioso desmonte que põe em risco a própria governança agrária do País.

A série especial teve início em 13 de julho, com Lourenço Vieira, Jader Barbalho e Paulo Yokota, com mediação da PFA aposentada Irandi Pantoja. A segunda edição, realizada dois dias depois (15/7), contou com as presenças de Raul Jungmann, Milton Seligman e Sebastião Azevedo e a mediação ficou a cargo do PFA Luiz Pimenta. O encerramento, realizado no dia 20 daquele mesmo mês, reuniu Rolf Hackbart, Carlos Guedes e Leonardo Góes com a mediação do PFA Bruno Cunha. Todos os três eventos foram transmitidos ao vivo pelo Facebook e YouTube do Sindicato e podem ser acessados pelo QR code ao lado.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no canal do SindPFA no YouTube todas as edições do webinar Diálogos Agrários.

## Editais

### SindPFA abre seleções para todos os gostos; saiba como participar e divulgá-las

O SindPFA lançou, neste segundo semestre, quatro editais que irão selecionar desde projetos de pesquisa até contos e crônicas. Os chamamentos destinam-se a diversas ações programadas pela entidade para os próximos meses e também para 2021, quando está prevista a realização do III Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários, no final do ano.

Abaixo, você confere todos os quatro chamamentos e pode acessar mais informações no nosso site por meio dos QR codes incluídos nesta matéria. Participe e ajude na divulgação dessas iniciativas, compartilhando com colegas e divulgando em suas redes sociais. Assim, podemos alcançar um número maior de pessoas interessadas nas questões que envolvem a governança agrária no Brasil.

O edital nº 3/2020 vai selecionar projetos de pesquisa em temas relacionados à gestão da terra no Brasil, que serão desenvolvidos com orientação acadêmica, para compor publicações e incentivar o debate público. O chamamento prevê ajuda de custo tanto para os pesquisadores quanto para os orientadores. O prazo de entrega das propostas vai até o dia 30 de novembro deste ano.

As pesquisas pretendem embasar uma discussão mais aprofundada em questões relacionadas à função social da terra, reforma agrária, direitos de populações originárias e tradicionais, regularização fundiária, cadastro rural, georreferenciamento, imposto territorial rural, entre outros, buscando referências no Brasil e exterior. Seus resultados vão embasar ações, campanhas e atividades do SindPFA. O chamamento é aberto a servidores do Incra, professores universitários, profissionais pós-graduados e estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. As pesquisas aprovadas poderão ser desenvolvidas até junho de 2021.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA o edital de seleção de projetos de pesquisa sobre gestão da terra no Brasil.

O SindPFA está selecionando artigos para compor a 2ª edição do livro ‘Avaliação de imóveis rurais pelos Peritos Federais Agrários’. A publicação tem por finalidade difundir o conhecimento técnico dos PFAs na avaliação de imóveis rurais nas mais diversas regiões, circunstâncias e características.

Esta seleção é aberta apenas para os PFAs, sejam da ativa ou aposentados. A exceção são para os artigos coletivos, que podem ser assinados por até cinco pessoas, sendo necessariamente uma delas filiada ao Sindicato. O edital prevê premiação de até R\$ 2 mil e a data limite para envio dos trabalhos é até abril de 2021.

A primeira edição do livro Avaliação de imóveis rurais pelos Peritos Federais Agrários foi enviada para todos os PFAs, entidades, órgãos públicos, além da Câmara e Senado Federal. Foram impressos e distribuídos 3 mil exemplares em parceria com o Confea.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA o edital de seleção de artigos para a 2ª edição do livro Avaliação de imóveis rurais pelos PFAs.

O Edital nº 6/2020 é voltado para o III Congresso Nacional da categoria, previsto para o final do próximo ano. O objetivo é selecionar artigos que embasarão as discussões durante o evento, que reunirá, além dos PFAs, autoridades, acadêmicos, gestores e profissionais para discutir em maior amplitude o valor da terra, o mais valioso ativo do país, do arcabouço institucional e dos profissionais que fazem a gestão desse patrimônio.

Os temas para os artigos são: função social da terra e desenvolvimento sustentável; reforma agrária e mercado de terras; cadastro rural e da regularização fundiária; estrutura institucional e carreiras; transversalidade e multidisciplinaridade; serviço público e democracia; desafios da representação profissional. Ou seja, os artigos podem discutir desde a missão do Incra e dos PFAs, como refletir sobre a própria Carreira e sua representação. Os prêmios podem alcançar a casa dos R\$ 2 mil e o prazo de entrega é até abril de 2021.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA o edital de seleção de artigos para o III Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários.

O Incra completou 50 anos em 2020 e, por tal ocasião, o SindPFA e a Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (CNASI-AN) querem resgatar histórias e acontecimentos que ilustrem a importância do trabalho do órgão. Com isso em mente, as entidades lançaram edital para selecionar contos e crônicas sobre a autarquia que comporão publicação futura. Os textos poderão ser submetidos até janeiro de 2021.

Podem participar da seleção servidores e gestores do Incra e dos órgãos a que foram ou seguem vinculados, inclusive os que passaram momentaneamente, além de membros da sociedade civil organizada e beneficiários das políticas públicas da autarquia. Assentados da reforma agrária e agricultores de pequeno porte que necessitem de ajuda para escrever suas histórias e submetê-las à Seleção poderão solicitar auxílio até o dia 12 de janeiro de 2021.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA o edital de seleção de contos e crônicas sobre o Incra.

## Hora de reagir

### Sob ataque, servidores e entidades reagem e se unem em defesa do serviço público

O serviço público vive um momento decisivo. Após anos de queda no investimento em estrutura e modernização, desvalorização dos servidores e déficit de pessoal, com a redução drástica nos concursos públicos e investidas na busca por ampliar a terceirização, o País depara-se, agora, com uma proposta de reforma administrativa que ameaça dar o golpe final no modelo do funcionalismo público.

Paralelamente, uma campanha de ataque aos trabalhadores do setor, com divulgação de estudos duvidosos e até mesmo o uso de *fake news*, segue em curso na busca pela destruição da imagem dos servidores perante a sociedade. Contra isso, o SindPFA tem somado esforços na busca pela restauração da verdade, na defesa dos direitos da Carreira e na melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão. Mas essa luta não pode ser travada sozinho.

Para além de toda a atuação junto aos dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), com reuniões, ofícios, apresentação de propostas, entre outras ações, o SindPFA tem trabalhado em conjunto com dezenas de outras entidades por meio do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que tem realizado um trabalho importante na luta por reconhecimento, capacitação, investimento e modernização da administração pública. Antes mesmo do envio da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020 do Executivo ao Congresso Nacional, em setembro, o Fórum já vinha buscando o diálogo com os atores envolvidos, mobilizando suas bases e, mais importante, qualificando o debate por meio dos Cadernos da Reforma Administrativa, que já chegou à sua décima quarta edição (leia mais no box nesta matéria).



Na visão da Diretora Presidente do SindPFA, Djalmary Souza, apresentar estudos bem embasados e transparentes é o melhor caminho para garantir uma reforma que atenda, de fato, aos interesses da sociedade. “Uma reforma desse porte sem um diálogo franco com os servidores é algo inconcebível. A melhor forma para isso é a união de forças, por meio do Fonacate, e a qualificação dos argumentos para que possamos demonstrar, com dados e informações técnicas, qual seria o melhor caminho para essa reforma”, afirma.

Outra ação fundamental tem sido o apoio dado à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, a Servir Brasil. Presidida pelo deputado federal Israel Batista (PV/DF), a Frente tem o apoio formal de 235 deputados e seis senadores, e tem mantido relação estreita com o Fórum.

Várias entidades, incluindo o SindPFA, uniram-se para contribuir com os parlamentares e o site [servirbrasil.org.br](http://servirbrasil.org.br) foi lançado recentemente com atualizações sobre o trabalho do grupo, que já ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da tramitação da PEC devido à negativa de acesso aos dados que o governo utilizou para elaborar o texto.

#### Incrá



O Incra vem perdendo espaço na agenda nacional há anos com o dilapidação de sua estrutura, redução das atividades finalísticas e déficit no quadro de pessoal. A Carreira de Perito Federal Agrário não ganha novos integrantes, levando a um quadro preocupante em que o número de aposentados pode superar os da ativa. Todo esse cenário tem sido denunciado pelo SindPFA e outras entidades

representativas dos servidores do órgão ao longo do tempo, mas o processo de sucateamento se agrava com o passar dos anos e isso torna o seu futuro incerto.

Enquanto trabalha para ampliar a relevância dos PFAs para além de sua atuação no Incra, com publicações técnicas, seminários e incentivo à produção de conhecimento (leia mais na página 3), o SindPFA preparou uma análise detalhada do orçamento do Instituto nos últimos anos e a situação é preocupante (leia mais no box nesta matéria). No entanto, a questão orçamentária é apenas uma das preocupações de quem acompanha o dia a dia no órgão, pois apenas reflete o grau de importância que recebe do governo central.

Outro ponto que requer atenção é a possibilidade do governo transformar o Incra em uma agência. A proposta de criação da Agência Nacional de Terras consta em documento compartilhado entre ministros do Conselho Nacional da Amazônia Legal no começo de novembro repercutiu na imprensa. O SindPFA acompanha com atenção e busca assento nessa discussão.

Apesar das promessas dos governantes de que a reforma administrativa não irá afetar os atuais servidores, especialistas mostram que serão, sim, impactados por diversas medidas e a precarização das garantias para futuros servidores, por si só, já fragiliza os órgãos públicos e os deixa mais vulneráveis aos desmandos dos políticos de plantão. Com isso em mente, o Sindicato uniu-se a Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi-AN) e a Associação dos Servidores da Reforma Agrária em Brasília (Assera/BR) em uma edição do webinar Diálogos Agrários tratando sobre os impactos da reforma no Incra.

Destaque para fala do advogado Rudi Cassel, especialista em direito do servidor público: “Eu não tenho dúvida de que vocês [PFAs] serão colocados como cargo em extinção.” O vídeo está disponível na íntegra no QR code abaixo.

Não se esqueça: no nosso site e nas redes (procure @sindpfa) você fica por dentro de novas ações e atualizações sobre a reforma e todos os demais assuntos que afetam a Carreira.



Acesse no nosso canal: [youtube.com/sindpfa](https://www.youtube.com/sindpfa)

Acesse o QR Code e veja no canal do SindPFA no YouTube a fala do advogado Rudi Cassel sobre a possibilidade de extinção do Incra.

## CADERNOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Este ano, o Fonacate lançou a série Cadernos da Reforma Administrativa com o objetivo de qualificar ainda mais o debate junto ao governo, o parlamento e a própria sociedade. São basicamente cinco eixos que compõem o espectro de temas a serem abordados pelas publicações: (1) dimensões relevantes da administração pública federal; (2) áreas de atuação governamental e carreiras estratégicas no setor público; (3) fundamentos da ocupação no setor público; (4) política nacional de recursos humanos no setor público capaz de promover e incentivar a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de ciclo laboral; e (5) republicanação e democratização das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais.

Apointando o seu celular para o QR code abaixo, você acessa todas as edições já publicadas. Esta leitura é fundamental para combater a desinformação por meio de dados e estudos confiáveis. Boa leitura e indique aos colegas!



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA todas as edições lançadas dos Cadernos da Reforma Administrativa

## ORÇAMENTO DO INCRA

O SindPFA elaborou uma análise sobre a evolução orçamentária do Incra ao longo dos últimos dez anos. Ficou constatada, por exemplo, uma grande diferença entre os valores do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e os valores fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA) entre 2009 e 2014, enquanto essa discrepância diminuiu nos últimos cinco anos. Em todo o período analisado, no entanto, os valores da Dotação Inicial e da Dotação Atualizada são próximos.

Como mostra o quadro abaixo, o orçamento da autarquia cresceu com o tempo, mesmo que longe do ideal, mas o dado alarmante é a qualidade dos gastos. De 2009 a 2012, observa-se a prevalência de três itens: Aquisição de Imóveis; Concessão de Empréstimos e Financiamentos; e Sentenças Judiciais. De 2013 a 2014, quatro itens aparecem como mais relevantes em termos de gasto: Aquisição de Imóveis; pagamentos de aposentados; da ativa; e Sentenças Judiciais. Já entre 2015 a 2020, três itens destacam-se dos demais em termos do percentual anual: pagamentos de aposentados; da ativa; e Sentenças Judiciais.

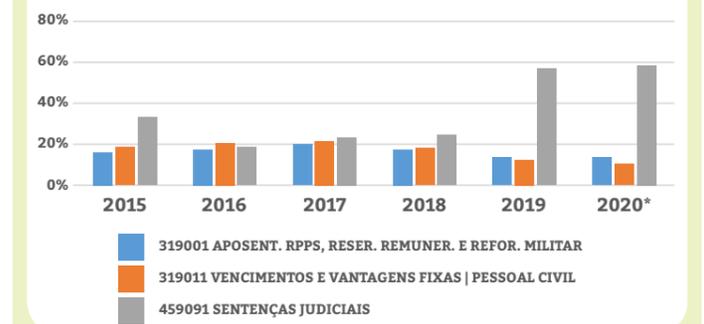
### Evolução do orçamento anual do INCRA, de 2009 a 2020\*

Ano	Projeto Inicial da Lei - Fixação Despesa	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas pagas
2009	9.282.349.658,00	4.601.750.047,00	4.507.165.795,00	1.855.612.045,14
2010	8.585.668.734,00	4.084.461.303,00	4.358.586.721,00	1.279.334.737,21
2011	7.855.055.160,00	3.926.684.804,00	4.261.691.091,00	1.447.484.501,22
2012	8.054.132.788,00	4.164.993.150,00	4.645.743.391,00	1.065.062.665,57
2013	8.230.059.298,00	4.187.409.432,00	4.119.902.078,00	1.869.139.949,47
2014	8.222.090.300,00	4.171.402.126,00	4.170.173.455,00	1.990.632.252,78
2015	4.755.422.934,00	4.785.402.026,00	4.760.611.116,00	2.406.566.234,08
2016	3.950.259.892,00	3.759.759.182,00	3.612.367.590,00	2.132.614.955,95
2017	3.156.380.880,00	3.329.745.170,00	3.384.399.332,00	2.099.018.366,52
2018	3.101.108.823,00	3.373.261.282,00	3.364.504.198,00	2.384.551.470,23
2019	4.119.500.261,00	4.211.472.648,00	4.314.639.893,00	3.411.292.316,22
2020*	3.765.808.740,00	3.815.146.284,00	3.816.199.876,00	2.565.372.986,10

\*Dados atualizados até 30/9/2020 - Fonte: Tesouro Nacional

Outro gráfico ajuda a entender o impacto das sentenças judiciais ao longo dos anos, mostrando claramente o quanto elas passaram a ocupar lugar de destaque na lista de prioridades, drenando recursos preciosos para o funcionamento do órgão e prejudicando milhares de famílias que contam com o trabalho do Incra. Não se questiona, é claro, que as dívidas oriundas dos processos de desapropriação devam ser honradas, mas isso não deveria inviabilizar a própria razão de ser da autarquia.

### Gráfico - Três maiores gastos do Incra, de 2015 a 2020



\*Dados atualizados até 30/9/2020 - Fonte: Tesouro Nacional

Outro indicativo do declínio das atividades finalísticas é a queda nas despesas com diárias e passagens. Apesar de representarem pouco em termos percentuais do total do orçamento, essas despesas são indicadores relevantes da atividade dos servidores. A análise constatou que, entre 2009 e 2010, há uma elevação do gasto com diárias e estabilidade dos recursos destinados a passagens. De 2010 a 2011 acontece uma queda acentuada nas despesas com diárias. De 2011 a 2018, a diminuição continua a acontecer com diárias e passagens, mas de maneira menos abrupta. No entanto, de 2018 para 2019 a redução da despesa com diárias foi de 62% e, de 2019 até 19 de outubro deste ano, a queda foi de 78%. Em 2019, a Presidência do Incra chegou a fazer balanço de gestão e tratou a economia nas diárias e passagens como aspecto positivo, enquanto isso necessariamente significa menos vistorias, menos fiscalização e menos atendimento aos assentamentos.

“Como fica demonstrado pelos indicativos desse estudo orçamentário, o Incra vem perdendo importância no cenário nacional, não devido à sua relevância para as políticas de Estado, mas como opção deliberada em não promover-las. Ao contrário, precisamos intensificar ainda mais nossas ações para que possamos, juntos com todos os que verdadeiramente se preocupam com o país, revertê-lo por meio da mobilização e diálogo. Afinal, o binômio terra/território é um ativo fundamental e tem papel estratégico – num viés de governança agrária – para qualquer governo que preze o bem estar da população e a própria soberania nacional.”, afirma João Daldegan, Vice-Diretor Presidente do SindPFA.

A proposta orçamentária do Incra para 2021 mantém o padrão de despesas com sentenças judiciais e folha de pagamento (ativos e aposentados). As três ações representam 88% do orçado para o próximo ano, restando apenas 12% para a realização de todas as outras. Você encontra matéria completa no nosso site ou por meio do QR code abaixo. Lá você encontra outros gráficos e planilhas com detalhes sobre o quadro orçamentário do Instituto nesta última década e também o link para acompanhar a tramitação do PLOA 2021.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA a matéria completa sobre a proposta orçamentária do Incra para 2021

## Solidariedade

### Ação compra cestas orgânicas para distribuir a famílias carentes



Após os bons resultados da primeira Vakinha Corrente do Bem das Carreiras de Estado, realizada em abril, no início da pandemia da Covid-19 no Brasil, o Fonacate, por meio de suas 32 entidades afiliadas, entre elas o Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA), resolveu realizar uma nova arrecadação para distribuir mais cestas básicas entre comunidades carentes e entidades que apoiam moradores de rua e catadores. Do total arrecadado, R\$ 10 mil foram destinados para a compra de cestas de produtos vegetais orgânicos oriundos de agricultores familiares.

A proposta partiu de um grupo de Peritas Federais Agrárias e foi prontamente aceita pela organização da ação beneficente. As cestas foram entregues para famílias dos estados do Goiás e Amazonas, ajudando tanto aos que precisam do alimento nesse momento difícil de pandemia, quanto aos produtores de projetos de assentamentos dessas regionais. Cada um dos estados recebeu R\$ 5 mil para a aquisição dos produtos.

“A solidariedade é fundamental para amenizar a dor e o sofrimento das famílias mais carentes, que estão passando por ainda mais dificuldade nesse momento de crise. Ficamos felizes em dar uma pequena contribuição, mas temos ciência de que o desafio é grande e esperamos motivar novas iniciativas como essa”, afirma Djalmery Souza, Diretora Presidente do SindPFA e uma das idealizadoras da ação.

No Amazonas, o SindPFA e a Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (Rema) promoveram uma rede de solidariedade entre os servidores do Incra, membros da Rema e amigos para que, a cada cesta de produtos vegetais orgânicos entregue, fosse disponibilizada também uma cesta de produtos básicos não perecíveis.

Fica o agradecimento ao Fonacate pela parceria e a todos os que doaram recursos ou parte de seu tempo para concretizar essa ação.



Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA tudo sobre o Programa de Consultorias pelos PFAs.

## Mercado de Terras

### SindPFA promove reunião com diretores do Incra e debate propostas para o órgão



Em reunião com representantes do Incra, o SindPFA apresentou propostas e preocupações, e exemplificou o uso dos Relatórios de Análise de Mercados de Terras (RAMT) para além da reforma agrária como agenda permanente e de futuro do Incra.

No encontro, ocorrido em 2 de setembro, por meio virtual, foram tratados ainda temas de grande relevância para o futuro do órgão, entre eles o preocupante orçamento definido pelo Executivo para o ano que vem.

Pelo Incra, participaram Anaximandro Doudement, Diretor de Programas, e Udo Gabriel Vasconcelos, Diretor de Gestão Estratégica. A Coordenadora-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão, Sheila Frez, e o Chefe da Divisão de Análise e Estudo do Mercado de Terras, PFA Carlos Shigeaky, também acompanharam. Da parte do SindPFA, estiveram a Diretora Presidente, Djalmery Souza, o Vice-Diretor Presidente, João Daldegan, o Diretor de Política Agrária, Luiz Pimenta, e o Diretor Parlamentar, Daniel Gorelik, além de Kássio Borba, Coordenador Executivo da entidade.

Proposto pelo Sindicato, o diálogo com os gestores teve o propósito central de apresentar formalmente a entidade – Doudement e Vasconcelos estão há poucos meses no cargo – e debater o trabalho do Incra na análise do mercado de terras, reiterando que o órgão deve ter lugar estratégico no governo federal. A partir dele, temas como parcerias com outros órgãos da administração pública e a preocupação com o orçamento do Incra foram abordados.

“Os Peritos Federais Agrários estarão sempre dispostos a cooperar com iniciativas que contribuam para o fortalecimento do Incra e o SindPFA reflete essa postura agregadora. Seguiremos buscando o diálogo com todos os atores, mas resta saber se as propostas alcançarão a prática. Nos preocupa sobremaneira o sucateamento e desprestígio de uma autarquia tão importante na vida dos milhões de brasileiros impactados pelo nosso trabalho, especialmente no seu cinquentenário”, afirma Djalmery Souza.

#### RAMT

O Relatório de Análise do Mercado de Terras (RAMT), do qual derivam as Planilhas de Preço Referencial de Terra (PPRs), é um instrumento de diagnóstico, estudo e análise dos mercados de terra adotado como referencial na avaliação e obtenção de imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária. Na visão do Sindicato, o elemento **valor da terra** merece atenção especial porque pode passar a ser um serviço ao Governo e à sociedade, e não somente às atividades do próprio Incra; aliás, tem o potencial de ser um índice tal como os de inflação, com caráter oficial e, como tal, agregar valor ao órgão de gestão territorial no qual pretende se constituir o Incra, reunindo nele os elementos cadastrais do meio rural.

#### Cadastro

Na reunião, o SindPFA apontou ainda a questão cadastral, cujo enfrentamento é primordial para se avançar em pautas como a própria regularização fundiária que o Incra pretende fazer, tendo especialmente o elemento da informação geográfica. Entre os problemas mais graves estão a falta de integração em torno das ferramentas que o órgão possui, bem como as dificuldades tecnológicas, de pessoal e recursos para essa missão. O Diretor da DE reconheceu esse problema e disse que essa é a prioridade “001” do órgão. Disse, ainda, que trabalha para colocar o Sigef para “rodar de forma confiável” e se integrar com o SNCR e sistema de registro.

## Assédio

### Fiscalizar teletrabalho é inconstitucional

Advogados do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues, que prestam assessoria jurídica do SindPFA, em nota técnica, apontaram para a completa inconstitucionalidade de visita técnica-funcional no domicílio dos servidores enquadrados em regime de trabalho remoto, por parte da Administração Pública, sem o necessário consentimento. A consulta foi feita após o superintendente do Incra em Rondônia, oficial aos servidores, no dia 28 de julho, que a regional passaria a visitar funcionários em home office, durante o expediente, com o objetivo de, entre outras finalidades, constatar “eventuais denúncias de não cumprimento do trabalho remoto nas previsões legais”.

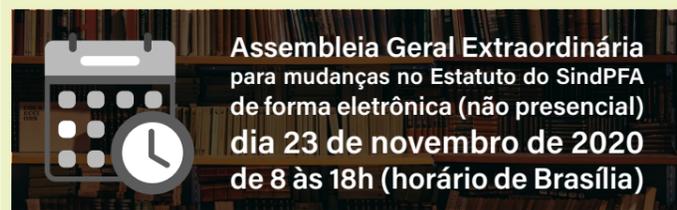
A determinação foi revogada dois dias depois, após repercussão negativa tanto na imprensa nacional como entre servidores e entidades representativas do funcionalismo (a justificativa oficial foi a expectativa da publicação da IN nº 65/2020, que trata do trabalho remoto).

A nota técnica produzida pela assessoria do Sindicato, após análise detalhada dos aspectos legais da medida, concluiu que “a inviolabilidade do domicílio é direito fundamental, ligado ao direito à intimidade e à privacidade, previsto no inciso XI do artigo 5º da Constituição da República”. O documento segue afirmando que “apenas é permitida a entrada sem consentimento do morador em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” e que, de contrário, “configura crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 13.869, de 2019”.

“Esse tipo de proposta é uma aberração, desprovida de qualquer análise jurídica prévia. Não podemos ser condescendentes com esse tipo de iniciativa”, disse Geraldino Teixeira, Diretor Sindical do SindPFA. O SindPFA seguirá vigilante e conclama todos os seus filiados a denunciarem quaisquer iniciativas que possam violar direitos dos Peritos Federais Agrários por meio do e-mail [juridico@sindpfa.org.br](mailto:juridico@sindpfa.org.br).

## Mudanças no Estatuto

### Convocação: Assembleia Geral do SindPFA marcada para novembro



**Assembleia Geral Extraordinária para mudanças no Estatuto do SindPFA de forma eletrônica (não presencial) dia 23 de novembro de 2020 de 8 às 18h (horário de Brasília)**

O Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA) realiza Assembleia Geral no dia 23 de novembro deste ano. Na pauta, alterações no Estatuto com o propósito central de atender aos requisitos para ingresso no Colégio de Entidades Nacionais (CDEN) do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Em razão da pandemia da Covid 19, a votação será por meio eletrônico.

Desde 2018, o SindPFA pleiteia ocupar assento no CDEN, que é um fórum consultivo constituído por entidades nacionais representativas das profissões do Sistema e credenciadas junto ao Confea. O CEDEN discute sobre assuntos de interesse das profissões, propõe normativos, discute e propõe políticas de formação, especialização e atualização de conhecimentos. O ingresso do Sindicato no Colégio fortalece sua posição e amplia ainda mais a voz dos PFAs para além de sua atuação no Incra.

## GDAPA

### Incra insiste em não reimplantar direito

Apesar de determinada desde julho pelo desembargador Wilson Alves de Souza, responsável pela ação rescisória nº 1012845-86.2017.4.01.0000 no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), não foi feita ainda - até o fechamento desta edição - a reimplantação dos 50 pontos adicionais da GDAPA aos beneficiários do processo nº 2004.34.00.047090-0, ingressado em 2004 pela Assinagro.



O Incra culpa o Ministério da Economia por ainda não ter autorizado o lançamento em contracheque. Sob ameaça de multa imposta pelo desembargador, o órgão lançou mão de folhas suplementares para pagamento dos valores referentes a uma parte de agosto - quando venceu o prazo

da decisão - e do mês de setembro. O mesmo deve ocorrer com o mês de outubro. Ainda assim, alguns enfrentam problemas em receber, devido a inconsistências de dados do próprio Incra.

A situação já foi objeto de novas petições e diligências ao desembargador responsável, mas, em juízo, o Incra posterga ao máximo. Além de pedir efeito suspensivo da implantação, depois pedir mais prazo e ainda entrar com agravo contra a decisão do desembargador que aventou multa pelo descumprimento, o órgão apresentou recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Estes recursos, no entanto, passam antes por juízo de admissibilidade do Presidente do TRF1. Nesse curso, pode sofrer novo efeito suspensivo do direito de receber os 50 pontos a mais.

O processo, que já é complexo, ganha ares de novela. Contudo, o SindPFA tem acompanhado de perto e atuado para pressionar a implantação já determinada. Também tem trabalhado, especialmente, em favor daqueles que ainda não receberam sequer os valores das folhas suplementares. Boletins estão sendo divulgados semanalmente. Procure a equipe do SindPFA no WhatsApp número (61) 3327-1210 para se informar.

Ocorre que o Conselho, ao analisar o Estatuto do SindPFA, entendeu que há uma brecha que pode permitir que pensionistas (que são alheios ao Sistema Confea/Crea) possam pleitear internamente votar e serem votados e que isso impede o prosseguimento do pedido de ingresso. Por isso a necessidade de alteração, para a continuidade desse processo. “Para nossa Carreira, será uma conquista muito significativa. É importante ocupar esse espaço e ter voz nos debates que envolvem as engenharias. Acredito que temos muito a contribuir e esperamos uma participação ativa dos filiados nesse processo”, afirma Djalmery Souza, Diretora Presidente do SindPFA.

A Diretoria também aproveita a oportunidade da mudança para aprimorar alguns outros pontos, essencialmente operacionais, sem alterações na estrutura do Sindicato. A íntegra das alterações desta deliberação podem ser consultadas no site do SindPFA, onde há também um vídeo explicativo.

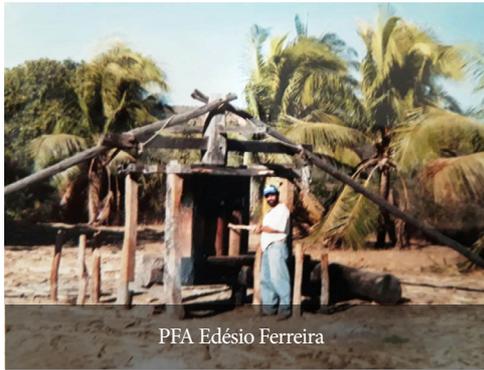


Acesse no nosso site: [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br)

Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA o edital de convocação para a Assembleia Geral Extraordinária..

## Aposentados em destaque

### Edésio Ferreira: Do sonho à aprovação em concurso, o Inkra como destino e missão de vida



PFA Edésio Ferreira

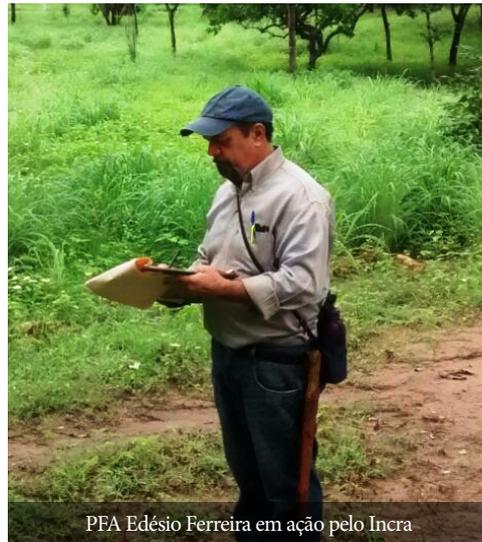
Pode uma pessoa ser predestinada a algo na vida? Ou somos livres para criar nosso destino? Ao conhecer a história de Edésio Ferreira de Miranda, é possível chegar a conclusão de que as duas possibilidades podem ser verdadeiras. Foi assim, com muito esforço e resiliência, auxiliados pelo empurrãozinho do destino, que ele ingressou no Inkra e dedicou grande parte de sua trajetória profissional ao órgão e à causa da reforma agrária.

Nascido em 9 de julho de 1954 em Barra do Corda, Maranhão, Edésio é o primogênito de cinco filhos. Concluiu o ensino médio em sua cidade natal e, em 1977, rumou para a capital, São Luis, com o objetivo de fazer um curso preparatório para o vestibular de Agronomia. Antes, no entanto, um episódio, ainda em 1974, motivou a escolha profissional. O recém criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) estava com um projeto em sua região e Edésio arriscou-se a fazer o concurso. Foi aprovado, mas as circunstâncias não o permitiram assumir o cargo. Lamentou, mas fez o propósito de cursar Agronomia e, um dia, trabalhar naquele órgão tão importante para a sociedade, especialmente os mais vulneráveis.

Voltando ao ano de 1977, Edésio passou no vestibular e iniciou o curso na Escola de Agronomia do Maranhão, à época vinculada a Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), que depois se tornaria a Universidade Estadual. Aprendeu bastante, encantou-se com a área, fez bons amigos e, em 1981, graduou-se. Agora, faltava apenas mais um passo para a realização do sonho.

Trabalhou ainda por um ano na iniciativa privada mas, em 1982, rumou para o Mato

Grosso para trabalhar no Inkra, mas por contrato. “Ingresssei no Programa de Regularização de Terras da Fronteira. Fui para a fronteira com a Bolívia e trabalhei no Projeto Fundiário Cáceres”, conta. “Passei três anos lá, até que fiz novo concurso para entrar para o quadro definitivo”. E conseguiu! Em 1985, já devidamente incorporado ao corpo de servidores do Inkra de forma definitiva, voltou para o Maranhão, especificamente para a cidade de Pindaré-Mirim, onde atuou no Projeto Fundiário Vale do Pindaré. Era o começo de uma nova etapa em sua vida.



PFA Edésio Ferreira em ação pelo Inkra

A pouco mais de 10 km do trabalho, na cidade de Santa Inês, uma moradora chamou a atenção do jovem engenheiro agrônomo. Seu nome era Maria do Socorro. Conheceram-se melhor, começaram um namoro e casaram-se. Agora um homem de família, com o primogênito a caminho, conseguiu transferência para Teresina, capital do Piauí, em 1989. Arlindo Neto nasceria no ano seguinte, trazendo ainda mais alegria para a vida de casal.

Tomou gosto pela cidade, criou raízes e, em 1992, nasceu sua filha Brenda. Lá seguiu atuando em diversos projetos e iniciativas do Inkra, sempre com o costumeiro comprometimento e dedicação, até aposentar-se em 2013. “Foi uma jornada muito rica, muito gratificante, e sinto orgulho de ter feito parte da história da reforma agrária no Brasil”, afirma. O gosto pelo trabalho é tanto que, há cerca de dois anos, já aposentado, participou como colaborador



PFA Edésio Ferreira e família

eventual de um projeto do órgão na Bahia. “Minha esposa até brinca: O que tanto você quer saber de Inkra? Mas eu ainda me preocupo com os rumos do órgão e vou amá-lo enquanto ele existir”, assegura.

A aposentadoria também não o impediu de seguir buscando conhecimento. Voltou a ser estudante. Já em 2014 entrou na Universidade Federal do Piauí, no curso Educação no Campo. Ele, que tem especialização em ciências ambientais, acabou não concluindo, mas, tempos depois, ingressou no curso de gestão ambiental no Instituto Federal do Piauí. Teve tempo para também aprimorar a língua mater em um curso de português no Centro Cultural de Línguas do estado. “Ontem à noite fiz uma prova”, contou durante a entrevista.

Ao ser questionado sobre o futuro da autarquia, Edésio demonstra contrariedade com o cenário que se desenha. “Infelizmente, vejo um quadro um tanto sombrio para a instituição, pois as ações que o Inkra deveria estar fazendo continuam em pauta, elas não saíram da pauta dos trabalhadores, a própria governança agrária, e o Inkra não está conseguindo dar vazão a essas demandas que persistem. Dos próprios assentamentos que foram criados e não foram emancipados”, constata. “O que iniciamos, a gente queria ver concluído. Criação de assentamentos etc. a gente não vê o final disso, não como a gente imaginava”, lamenta. No entanto, enquanto houver servidores como Edésio ainda haverá esperança.

Gostou? Envie você também a sua história para o e-mail: [comunicacao@sindpfa.org.br](mailto:comunicacao@sindpfa.org.br) e participe das próximas edições.

## Expediente

**Diretora Presidente**  
Djalmary de Souza e Souza

**Coordenação Executiva**  
Kássio Alexandre Borba

**Jornalista Responsável**  
Rodrigo Ramthum (RP: 7927/DF)

**Revisão**  
João Daldegan e Kássio Borba

**Diagramação**  
Guto Moniz

**Fotos, imagens e design**  
Guto Moniz, Assessoria de Comunicação e divulgação

[comunicacao@sindpfa.org.br](mailto:comunicacao@sindpfa.org.br) • [sindpfa.org.br](http://sindpfa.org.br) • (61) 3327-1210

SBN Qd. 1 Bl. D Ed. Palácio do Desenvolvimento, Sala 1407 Asa Norte - Brasília (DF) • 70.057-900

**PFA Club**  
O Clube de Vantagens do SindPFA

Ative seu cadastro gratuitamente e tenha  
acesso a descontos exclusivos  
[pfaclub.com.br](http://pfaclub.com.br)